

FRAUDE EM PROGRAMA SOCIAL

13 mil benefícios do Bolsa-Família foram pagos a empresários no ES

Esse grupo recebeu 51% dos pagamentos ilegais, que atenderam ainda servidores e gente morta

Em dois anos, o governo federal desembolsou R\$ 55 milhões do Bolsa-Família no Espírito Santo para beneficiar gente que não tinha direito. Praticamente a metade desses recursos, que devem ser destinados à população de baixa renda, foi sacada por empresários. Servidores públicos, doadores de campanha eleitoral e até “mortos” estão na lista de falsos-beneficiários, segundo investigações do Ministério Público Federal.

A fraude foi identificada a partir de um cruzamento de dados. De acordo com o órgão, entre 2013 e 2014, foram pagos 26.905 benefícios sob forte suspeita de irregularidades a 13 mil pessoas no Estado, somando R\$ 55.055.157. O gasto il-

cito com o Bolsa-Família representa 8% do montante pago nesse período pelo governo federal a beneficiários do Espírito Santo, que foi de R\$ 650.147.195.

As fraudes praticadas por donos de empresas representam 51,14% do total. A segunda maior parcela é de benefícios recebidos por servidores públicos (36,94%), na sequência estão valores destinados a CPFs de pessoas falecidas (6,33%) e o restante (5,58%) foi pago a doadores de campanha elei-

toral.

Em dois anos, 13.760 benefícios do Bolsa-Família foram sacados por empresários no Estado, totalizando R\$ 29,3 milhões. Nesse mesmo período, 9.939 servidores receberam R\$ 20 milhões em benefícios.

Um total de 1.704 auxílios foram recebidos em nome de falecidos, somando R\$ 2,3 milhões, enquanto que R\$ 3,2 milhões foram repassados a doadores de campanhas eleitorais, na forma de 1.502 benefícios. Em todo o país, as suspeitas atingem 1,4 milhão de bene-

ficiários. O prejuízo estimado é de R\$ 2,5 bilhões.

No Estado, o secretário de Trabalho e Assistência e Desenvolvimento Social, Rodrigo Coelho, explica que várias medidas começaram a ser adotadas para evitar prejuízos. A Setades, em conjunto com o Instituto Jones dos Santos Neves, está criando uma metodologia para monitorar os beneficiários e identificar possíveis defraudações. Segundo ele, hoje, cabe às prefeituras fiscalizar os assistidos que, para terem direito à bolsa, precisam se inscrever no CadÚnico.

“São mais de 140 Cras (Centros de Referência e As-

sistência Social) que realizam esse atendimento. Quando há suspeita que a vida do atendido não corresponde à declaração de renda, é feita uma investigação. Mas ainda é necessário expandir essa atuação para identificar pessoas que não precisam, mas que estão recebendo indevidamente”.

INVESTIGAÇÃO

A Procurador-Geral da República deu prazo de 30 dias para que o governo informe quais providências serão tomadas diante de inconsistências identificadas.

O levantamento fez parte de um projeto lançado pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, em junho do ano passado, e tem como objetivo combater as fraudes do programa.

Em nota, o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário afirmou que “não ignora a possibilidade de irregularidades ocorridas na gestão anterior”. O texto diz que a “pasta está empenhada em aperfeiçoar o controle e os mecanismos de fiscalização e que integrantes do ministério entraram em contato com o Ministério Público Federal para tratar do assunto”. (Beatriz Seixas, Joyce Merigueti e Mikaela Campos)



Governo pagou mais de R\$ 55 milhões em benefícios irregulares

Área social respondeu por 67,3% das despesas da União

A Secretaria do Tesouro Nacional divulgou ontem um estudo que aponta para o aumento dos gastos sociais do governo nos últimos anos. Em 2015, a área social respondeu por 67,3% do total das despesas da União. Em 2002, foram 59,9%.

“Em relação aos gastos tributários (renúncia fiscal, ou seja, o que o governo deixou de arrecadar para as áreas sociais), o aumento da participação dos gastos sociais foi ainda mais significativo, passando de 17% em 2002 para 38,6% em 2015”, informou o governo.

No estudo, o Tesouro concluiu também, que, entre 2002 e 2015, foi observa-



Despesas com saúde entram nos gastos da área social

do um “crescimento expressivo” destas despesas em relação ao PIB (Produto Interno Bruto). Elas foram de R\$ 422 bilhões em 2002 (a preços de 2015), ou seja, 12,6% do PIB, para R\$ 928 bilhões em 2015, 15,7% do PIB.

Os gastos sociais são aqueles nas áreas de: assistência social, educação e cultura, organização agrária, previdência social, saneamento básico e habitação, saúde, e trabalho e emprego. (G1)

ANÁLISE

Uso indevido de recursos é inaceitável

Se há uma virtude no Brasil atual é a capacidade de investigação quanto ao uso indevido de recursos públicos de forma geral e especialmente inaceitáveis quando se relacionam aos programas sociais, momentaneamente meritórios. Destinam-se às pessoas que são vítimas de desigualdades sociais e econômicas, fenômeno histórico em nosso país. Duas injustiças graves são evidenciadas. A primeira se ancora no enriquecimento ilícito de pessoas que já tem bons cargos, salários, e ativos patrimoniais. A segunda

se abriga na fragilidade das pessoas necessitadas que possam até ser iludidas pela promessa da riqueza, por mais simples que seja, mas que, na verdade são vítimas da ambição alheia. Quem perde também é a sociedade como um todo, pois recursos que já são escassos se pulverizam no caminho da corrupção. Há que se apurar profundamente distorções éticas dessa natureza. E punir seus mentores.

—
ANTÔNIO MARCUS MACHADO
ECONOMISTA E PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

OS NÚMEROS

184 mil

beneficiários

É o número de moradores do Estado que receberam o Bolsa-Família neste ano. Programa tem cerca de 240 mil cadastrados.

R\$ 650

milhões

Foi o total de auxílios pago pelo governo a beneficiários do Espírito Santo entre 2013 e 2014

R\$ 55

milhões

É o valor pago em benefícios do Bolsa Família sob suspeita de fraude

26.905

benefícios

Foram pagos a quem não tinha direito

13 mil

benefícios

Foram sacados por empresários em dois anos

9.939

benefícios

Foram sacados por servidores em dois anos

1.704

benefícios

Foram pagos, entre 2013 e 2014, a pessoas que já morreram

1.502

benefícios

Foram recebidos por doadores de campanhas eleitorais em dois anos